

**Concurso Público para provimento de vagas de
Consultor Técnico-Legislativo
Categoria Bibliotecário**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C15', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1^o parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1^o parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2^o parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2^o parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3^o parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1^o parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
-
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
 - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
 - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
-
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispendo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.
- Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é
- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
 - (B) II e III.
 - (C) II e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, III e IV.
25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:
- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
 - (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
 - (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
 - (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
 - (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:
- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
 - (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
 - (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
 - (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete
- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
 - (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
 - (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
 - (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
 - (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.
28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias
- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
 - (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
 - (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
 - (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
 - (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Na gestão de unidades de informação, a definição

Um conjunto de procedimentos que iniciam com o conhecimento das necessidades e expectativas do cliente, influenciando na confecção original (projeto) de um produto ou serviços, bem como na sua confecção final, objetivando cativar, manter e satisfazer o consumidor,

refere-se

- (A) ao planejamento.
- (B) à qualidade.
- (C) ao controle.
- (D) à avaliação.
- (E) à elaboração de projetos.

32. Entre os benefícios do planejamento, dois deles são determinantes para que o planejamento seja de fato exequível. São eles:

- (A) a alocação de recursos e a definição de responsabilidades.
- (B) a distribuição de recursos materiais e a avaliação de resultados.
- (C) a gestão de pessoas e a divisão de tarefas.
- (D) a tomada de decisão e a diminuição de incertezas.
- (E) a contratação de pessoal e o estabelecimento de cronogramas.

33. Considere os dois agrupamentos abaixo, que relacionam os níveis de planejamento e as instituições a que se aplicam

- I. Estratégico.
- II. Operacional.
- III. Tático.
 - a. Universidade.
 - b. Rede ou Sistema de Bibliotecas.
 - c. Bibliotecas setoriais.

A correlação correta entre os dois agrupamentos é:

- (A) I-a, II-b, III-c.
- (B) I-c, II-b, III-a.
- (C) I-b, II-a, III-c.
- (D) I-c, II-a, III-b.
- (E) I-a, II-c, III-b.

34. É correto afirmar que o planejamento opera economicamente, pois reduz custos, pela

- (A) criação de uma "mentalidade" de planejamento.
- (B) instituição do treinamento do pessoal para a execução do planejamento.
- (C) ênfase em operações eficientes e compatíveis com as condições existentes.
- (D) introdução do controle de custos de todas as fases de execução.
- (E) preocupação em manter custos e benefícios das tarefas sempre no mesmo nível.

35. A teoria de Administração que conceituou sua visão do ser humano como o "homem organizacional" é a

- (A) Estruturalista.
- (B) Clássica.
- (C) de Administração Científica.
- (D) Comportamental.
- (E) de Relações Humanas.

36. Considere as afirmativas abaixo, sobre *marketing* em unidades de informação.

- I. A gestão de uma biblioteca é um processo e, como tal, não pode ser algo estanque no tempo/espaço. Deve ser dinâmico, direcionado a sua realidade, pois, muitas vezes o que serve para uma biblioteca pode não servir a outra. Nesse sentido, os princípios de *marketing* serão elementos motivadores e transformadores.
- II. O *marketing* é algo novo na caminhada dos profissionais da informação, ele se desenvolveu na área apenas recentemente e se adaptou ao contexto mais específico do serviço de informação.
- III. O *marketing* tem dificuldade para ser aplicado ao trabalho que visa ao tipo de lucro das unidades de informação. Ele não se relaciona muito bem com benefício e satisfação.
- IV. A biblioteca, considerada uma organização que não visa ao lucro financeiro, não difere de outras organizações no sentido de promover seus recursos. Ela precisa estabelecer um programa de relações públicas que apoie e divulgue seu trabalho.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.



37. Segundo a NBR 6023, os elementos essenciais da referência bibliográfica de um artigo e/ou matéria de jornal são:
- (A) autor(es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria é colocada depois da data.
 - (B) título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.
 - (C) autor(es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção e paginação correspondente.
 - (D) autor(es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo ou matéria precede a data.
 - (E) autor(es) (se houver), título, título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente. Quando não houver seção, caderno ou parte, a paginação do artigo pode ser omitida.
-
38. Considere a referência bibliográfica abaixo.
- MARTIN NETO, L.; BAYER, C.; MIELNICZUK, J. Alterações qualitativas da matéria orgânica e os fatores determinantes da sua estabilidade num solo podzólico vermelho-escuro em diferentes sistemas de manejo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO, 26., 1997, Rio de Janeiro. **Resumos...** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 1997. p. 443, ref. 6-141.
- É considerado elemento complementar:
- (A) 1997.
 - (B) MIELNICZUK, J.
 - (C) 26.
 - (D) **Resumos...**
 - (E) ref 6-141.
-
39. Considere as afirmativas abaixo, que se referem a casos específicos de referências bibliográficas.
- I. Em títulos e subtítulos demasiadamente longos, podem-se suprimir as últimas palavras, desde que não seja alterado o sentido.
 - II. Quando o título aparecer em mais de uma língua, registra-se o primeiro.
 - III. No caso de periódico com título genérico, incorpora-se o nome da entidade autora ou editora.
 - IV. Os títulos dos periódicos podem ser abreviados, conforme a NBR 6029.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II, III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) II e III.
 - (E) III e IV.
-
40. A NBR 10.520 permite que
- (A) o sistema numérico de chamadas seja utilizado quando há notas de rodapé.
 - (B) dois métodos de citação sejam utilizados em um mesmo trabalho.
 - (C) a indicação da numeração seja feita entre parênteses, alinhada ao texto.
 - (D) citações diretas com mais de três linhas sejam colocadas no próprio texto, entre aspas.
 - (E) as chamadas pelo sobrenome do autor sejam grafadas em letras maiúsculas e minúsculas quando estiverem entre parênteses.
-
41. A NBR 10.719, que especifica os princípios gerais para a elaboração e a apresentação de relatório técnico e/ou científico, recomenda que o código de identificação, se houver, seja
- (A) formado pela sigla da instituição, indicação da categoria do relatório, data, indicação do assunto e número sequencial do relatório na série.
 - (B) colocado na segunda capa.
 - (C) elaborado segundo as normas da ISO 9003.
 - (D) formado pela indicação numérica e categoria do relatório, assunto, data e série.
 - (E) inserido no alto de cada página do relatório, precedendo as informações de paginação.
-
42. São considerados elementos obrigatórios do relatório técnico/científico pela NBR 10.719:
- (A) o resumo em língua vernácula e o sumário.
 - (B) a folha de rosto e a lista de ilustrações.
 - (C) a lista de abreviatura e siglas e as referências.
 - (D) as considerações finais e o formulário de identificação.
 - (E) a capa e a introdução.



43. Atualmente, uma nova terminologia surge em relação à Formação e Desenvolvimento de Coleções. A proposição de Elisa Delfini relacionada à aplicação da terminologia Gestão de Estoques de Informação, nesse sentido, pretende
- (A) criar condições para o desenvolvimento de uma mentalidade mercadológica em torno dos acervos informacionais, uma vez que a palavra “estoque” é oriunda da área comercial.
 - (B) atualizar a área, trazendo uma terminologia mais em dia com os avanços tecnológicos e as características do meio digital.
 - (C) implicar uma mudança de visão, especialmente devido ao caráter dinâmico que a palavra “estoque” poderá assumir.
 - (D) propor uma denominação mais atraente para futuros estudantes e profissionais de Biblioteconomia.
 - (E) discutir a pertinência da preocupação com a gestão de coleções na pós-modernidade, uma vez que os avanços na área permitem esquecer a preocupação com conservação e preservação.
-
44. Para localizar decreto nomeando e/ou exonerando um servidor específico do governo distrital, deve-se consultar, no Diário Oficial do Distrito Federal,
- (A) a Seção I, referente a atos administrativos.
 - (B) a Seção II, referente a atos do Poder Executivo.
 - (C) a Seção III, referente a atos normativos.
 - (D) as Seções I e II, referentes a atos do Governador.
 - (E) as Seções II e III, referentes a atos do Governador e das Secretarias.
-
45. Considere as duas definições de estudos de usuários abaixo, de autoria, respectivamente, de Gonzalez Teruel e Bawden.
- I. O conjunto de pesquisas que permitem planejar e melhorar os sistemas de informação.
 - II. indagação sistemática de características, necessidades, comportamento e opiniões dos usuários reais e potenciais dos sistemas de informação.
- Em relação a elas, é correto afirmar:
- (A) Ao considerar também os usuários potenciais, II abre-se a críticas da ala mais avançada dos estudos de usuários.
 - (B) I enquadra-se na linha da denominada perspectiva tradicional, que estuda as necessidades e desejos em si mesmos e o uso a partir da recuperação do sistema.
 - (C) Ao não mencionar os usuários potenciais, II corre o risco de se abrir a críticas da ala mais tradicional dos estudos de usuários.
 - (D) Ambas as definições demonstram desconhecimento das novas tendências de gestão das necessidades do usuário, que priorizam o uso que ele faz da informação.
 - (E) Ambas as definições confirmam a importância dos estudos de usuários.
-
46. O AACR2 determina que se use como título uniforme de um ato legislativo individual os seguintes elementos, na ordem de preferência indicada abaixo:
- I. O título oficial do ato.
 - II. Um título não oficial abreviado ou a forma comumente citada na literatura jurídica.
 - III. O título oficial abreviado ou a forma comumente citada.
 - IV. Qualquer outra designação oficial (por exemplo, o número ou a data).
- A ordem está
- (A) correta.
 - (B) incorreta; II e IV estão invertidos.
 - (C) incorreta; III e IV estão invertidos.
 - (D) incorreta; I e III estão invertidos.
 - (E) incorreta; I e II estão invertidos.
-
47. A Câmara Legislativa do Distrito Federal publicou relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde em 2017. Seguindo a regra específica para órgãos legislativos do AACR2, a entrada para este item é
- (A) Brasília. Câmara Legislativa do Distrito Federal – pois a entrada deve ser sob o nome geográfico em cabeçalhos para governos.
 - (B) Câmara Legislativa do Distrito Federal – pois a entrada deve ser sob o nome do órgão legislativo.
 - (C) Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde – pois a entrada deve ser sob o nome do autor pessoal ou corporativo.
 - (D) Distrito Federal (Brasil) – pois a entrada deve ser sob o nome da jurisdição correspondente.
 - (E) Relatório final da Comissão... – pois a entrada deve ser sob o título nos casos em que o órgão legislativo aparece como publicador ou distribuidor.



48. Observe o registro abaixo:

```
00473cam a2200169 a 45000010009000000050017000090
08004100026020001800067082001600085100002300101245
00450012425000120016926000350018130000290021665000
26002456510032002711592244920100930102920.0090925s
2009 nyua 000 1 eng d a9780385504225
00 a813/.54 222 1 aBrown, Dan, d1964- 14 aThe lost
symbol : ba novel / cDan Brown. alst ed. aNew
York : bDoubleday, cc2009. a509 p. : bill. ; c25
cm. 0 aFreemasonry vFiction. 0 aWashington (D.C.)
vFiction.
```

É correto afirmar que se trata de um registro MARC

- (A) gerado com a ANSI Z39.2 para transmissão de dados.
- (B) codificado com a norma ISO 2709.
- (C) criado com a linguagem SGML.
- (D) desenvolvido com o MARCXML.
- (E) estruturado com uma DTD específica para livros.

49. Na Classificação Decimal Universal, a ordem de citação

- I. Baseia-se na progressão do geral para o particular, assim, os auxiliares comuns (que são gerais por definição) vêm em primeiro lugar e um auxiliar independente, usado isoladamente ou citado em primeiro lugar, vem antes de um número principal.
- II. É a ordem em que os elementos são combinados para formar um número composto, em que cada elemento simboliza uma faceta do assunto; por isso, também é conhecida como fórmula de faceta.
- III. Corresponde à mesma ordem em que os símbolos da CDU aparecem nas tabelas, sendo, dessa maneira, fixa.

É correto afirmar que

- (A) III está correta; a ordem de citação pode não ser satisfatória para todos os fins, sendo necessário o uso de outros recursos como a intercalação.
- (B) I está correta; a ordem de arquivamento deve ser o inverso da ordem de citação a fim de assegurar a sequência do genérico para o específico.
- (C) II está correta; a ordem de citação depende das necessidades e circunstâncias individuais de cada unidade de informação.
- (D) I, II e III estão corretas; a ordem de citação é necessária quando se organiza documentos em estantes ou em arquivos.
- (E) I, II e III estão incorretas; a ordem de citação é importante na construção de números compostos e somente torna-se irrelevante na pesquisa pós-coordenada.

50. Na Classificação Decimal Universal, o sinal de relação da Tabela Ib

- I. Agrega dois ou mais números da CDU, servindo para ampliar os assuntos que liga.
- II. Expressa relações de fase, como áreas tratadas para um tipo particular de usuário, por exemplo, *Direito para bibliotecários*, ou relações de natureza geral, em que dois conceitos precisam estar ligados, por exemplo, *Acordos jurídicos entre Brasil e Venezuela*.
- III. Representa relações em que há uma comparação entre assuntos ou a discussão sobre a influência de um assunto sobre outro, por exemplo, *A influência da OIT no direito trabalhista brasileiro*.
- IV. É um mecanismo extremamente útil, podendo, inclusive, expressar conceitos subordinados.
- V. Pode ter a ordem dos elementos invertida para modificar o seu significado e distinguir seus usos.

É correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) III, IV e V.



51. Observe os dois grupos de termos abaixo, retirados de um tesouro em direito do trabalho.

I. Ausência justificada USE **Falta justificada**

II. **Ação coletiva**

Ação individual

São exemplos, aqui já devidamente tratados no tesouro, dos fenômenos linguísticos conhecidos como, respectivamente,

- (A) hiperonímia e homofonia.
- (B) polissemia e metáfora.
- (C) metonímia e monossemia.
- (D) hiponímia e mononímia.
- (E) sinonímia e homonímia.

52. Uma relação associativa

- I. Existe entre conceitos que estão relacionados hierarquicamente.
- II. Pode ser estabelecida quando há uma forte conexão semântica entre conceitos devido à experiência.
- III. Tem como exemplo: tecelã/tapete (produtor/produto).
- IV. É chamada de compreensiva quando as partes, juntas, formam o todo.
- V. Envolve relações como causa/efeito, pessoa/disciplina, matéria/substância etc.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, IV e V.
- (D) I, II e IV.
- (E) III, IV e V.

53. No processo de indexação, a indexação por atribuição

- I. é uma atividade característica da análise conceitual.
- II. é também conhecida como indexação derivada.
- III. seleciona palavras ou expressões que realmente ocorrem no documento para representar seu conteúdo temático.

É correto afirmar que

- (A) I está correta, essa é a primeira etapa do processo.
- (B) I, II e III estão corretas, a indexação por atribuição restringe os termos ao próprio documento.
- (C) I, II e III estão incorretas, a indexação por atribuição utiliza um vocabulário controlado.
- (D) II está correta, um exemplo de indexação derivada é o unitermo.
- (E) III está correta, essa atividade ocorre na etapa de tradução.

54. Ao avaliar uma determinada base de dados, uma bibliotecária observou que as buscas dos usuários geravam como resultado um grande número de itens não pertinentes às suas necessidades de informação, resultado esse causado por um número excessivo de falsas associações. Para evitá-las, a profissional recomendou as seguintes medidas:

- I. Estabelecer elos entre os termos de indexação.
- II. Elevar o nível de pré-coordenação da linguagem documentária empregada pela biblioteca.
- III. Aumentar a exaustividade da indexação.

É correto afirmar que

- (A) I está incorreta, elos entre termos melhoram a revocação, não a precisão e não as falsas associações.
- (B) III está incorreta, o número de falsas associações aumentará conforme aumente o número de termos atribuídos.
- (C) II está incorreta, os sistemas pós-coordenados têm maior probabilidade de evitar falsas associações.
- (D) I, II e III estão corretas, tais medidas reduzem as falsas associações e qualificam a recuperação da informação.
- (E) I, II e III estão incorretas, tais medidas não minimizam as falsas associações e não melhoram a satisfação dos usuários.

55. Tendo indexado, para uma base de dados, um artigo sobre advogados sob o termo ADVOGADOS, um bibliotecário resolveu acrescentar ao item o termo PROFISSÕES. Este procedimento em indexação

- (A) tem sua perspectiva centrada no documento.
- (B) está de acordo com o princípio da especificidade.
- (C) é recomendado por permitir buscas tanto específicas quanto genéricas.
- (D) é desnecessário em sistemas informatizados.
- (E) tem sua perspectiva centrada no vocabulário.



56. Considere os dois agrupamentos abaixo.

- I. Bibliografia prospectiva.
 - II. Bibliografia sinalética.
 - III. Bibliografia sistemática.
 - IV. Bibliografia analítica.
 - V. Bibliografia retrospectiva.
- a. Inclui apenas as referências bibliográficas, sem anotações.
 - b. Suas referências estão arranjadas segundo um esquema de classificação.
 - c. Além dos elementos descritivos do documento, inclui seu resumo.
 - d. Relaciona apenas documentos de um período passado.
 - e. Relaciona documentos que serão publicados.

A correlação correta entre os agrupamentos é

- (A) I-d; II-c; III-a; IV-b; V-e.
- (B) I-e; II-a; III-b; IV-c; V-d.
- (C) I-c; II-d; III-e; IV-b; V-a.
- (D) I-d; II-b; III-c; IV-a; V-e.
- (E) I-e; II-c; III-a; IV-b; V-d.

57. As fontes de informação dividem-se em:

- I. primárias: jornais, leis, projetos em andamento, teses.
- II. secundárias: enciclopédias, decisões judiciais, índices, bases de dados.
- III. terciárias: bibliotecas, centros de documentação, guias bibliográficos, diretórios.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

58. Um pesquisador necessita consultar o texto completo da legislação brasileira sobre bibliotecas. Neste caso, a base de dados na internet mais adequada e eficiente a pesquisar é

- (A) a Biblioteca Digital da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (B) o Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (C) o Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal.
- (D) o Portal da Legislação da Presidência da República.
- (E) o Sistema de Informações do Congresso Nacional.

59. A Lei Distrital nº 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal, estabelece que

- (A) o pedido de acesso à informação deve conter a identificação do requerente, a especificação da informação requerida e os motivos do requerimento.
- (B) os órgãos e as entidades do Distrito Federal devem promover, por meio de requerimentos, a divulgação, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- (C) o acesso à informação compreende, entre outros, o direito de obter informação relativa a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos imprescindíveis à segurança da sociedade, do Estado ou do Distrito Federal.
- (D) primariedade é a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, ao trânsito e ao destino.
- (E) a lei se aplica, entre outros, a órgãos da administração direta dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal e entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos para realização de ações de interesse público.

60. Invocando a Lei Distrital nº 4.990/2012, um jovem de 16 anos solicitou acesso ao prontuário médico de sua namorada a um dos hospitais mantidos pelo Governo do Distrito Federal, onde ela encontrava-se internada para tratamento. Ocorre que a lei

- (A) permite a qualquer interessado apresentar, por qualquer meio legítimo, pedido de acesso a informações, destarte, o pedido foi deferido.
- (B) proíbe menores de idade de apresentar pedido de acesso a informações a órgãos e entidades referidos na lei, assim, o pedido não foi aceito.
- (C) classifica as informações médicas como reservadas, com um prazo de restrição de acesso de cinco anos, logo, o pedido foi negado.
- (D) autoriza o acesso a informações sobre pacientes a eles mesmos, a familiares ou a seus representantes, deste modo, o pedido foi atendido.
- (E) considera o acesso a informações pessoais restrito à própria pessoa e a agentes legalmente autorizados, portanto, o pedido foi recusado.